

Humanos, animais e a constituição de um território mais-que-humano na comunidade quilombola do Carmo (São Roque/SP)

Luisa Amador Fanaro

Resumo: Este trabalho diz respeito à pesquisa por mim realizada ao longo da graduação, que teve por objetivo a realização de um estudo acerca das relações entre os moradores da comunidade quilombola do Carmo, localizada no município de São Roque/SP, e os animais (de criação, de pesca e caça, e os “outros bichos”), tomando por foco etnográfico a vida social e as atividades cotidianas dos quilombolas em que ocorressem interações práticas e simbólicas entre humanos e animais – note-se que muito pouco sabemos, ainda, sobre as relações com animais nas comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. Para tanto, a pesquisa teve como pano de fundo a degradação generalizada do ambiente na região, ponto central que, sugere-se aqui, foi e é responsável por toda uma transformação da própria noção nativa de “natureza” e das relações entre seres humanos e animais (essa degradação reduziu, e muito, a presença dos animais no Carmo). Sugere-se aqui que os animais, seja nas histórias do passado, seja nas práticas materiais, religiosas, culturais e políticas do presente, podem configurar-se e configuram-se, como pude perceber em campo, como agentes na reconstituição do território quilombola que, no momento, aguarda os estudos antropológicos necessários para seu reconhecimento territorial. O foco deste trabalho foi, então, desvelar a forma como os quilombolas do Carmo e os animais se inter-relacionam, de maneira a possibilitar a compreensão do que são e o que podem os animais em um bairro rural bastante urbanizado e que tem a especificidade de ser território quilombola.

Palavras-chave: relações humano-animal – comunidades quilombolas – território – territorialidade.

Introdução

Penso que começar este trabalho²⁶ descrevendo como e por que organizo-o da forma que organizo seja uma boa saída. Desde minha primeira visita ao bairro do Carmo²⁷ atentei, principalmente, à presença dos animais, seja na fala dos moradores, em suas casas, nas ruas ou espaços sociais do bairro que, de fato, como relatam Stucchi e Ferreira (2009), espreme-se nos 16 hectares restantes de seu território original (no começo do século XX a área ocupada era de aproximadamente 4.598 hectares). Pouco a pouco, conforme as visitas ao bairro transcorriam, foram surgindo nas conversas com os moradores alguns relatos, seja do passado, presente ou planos futuros, que me permitiram alcançar, mesmo que de início de forma razoavelmente incipiente e hipotética, as categorias nativas nas quais os animais eram pensados e alocados pelos quilombolas.

Os moradores do bairro com os quais pude conversar, bem como moradores de cidades vizinhas (Vargem Grande Paulista, principalmente) que têm vínculo com a comunidade (seja por consanguinidade, seja por afinidade), quase não criam animais (há, atualmente, apenas algumas poucas criações de galinhas nos quintais das casas), mas o pretendem fazer assim que a titulação for conquistada. A caça – caçava-se no Carmo veados, tatus e quatis, principalmente –, bem como a pesca, antes atividades muito recorrentes na comunidade, hoje em dia são muito raras e sobre as quais não se fala muito. Também fala-se pouco, e com certa distância, dos bichos “do mato”, como veados, tatus, quatis, lobos guará, bugios e saguis – como sugere Brandão (1990:92), os seres “da mata” são pensados “uns como terríveis, outros como até protetores, mas sempre assustadores, em seu mundo de mistérios”. Além disso, tive a oportunidade de ouvir algumas histórias (em primeira e terceira pessoa) sobre os seres “folclóricos” ou “fantásticos”, como diriam alguns anos atrás folcloristas e outros pesquisadores (aqui, chamá-los-ei de “outros bichos”, uma vez que os próprios moradores do Carmo assim os chamam), que transitam e existem, simultaneamente, nos planos natural, sobrenatural e cultural: o lobisomem, a mula sem cabeça e o caipora.

²⁶ Este trabalho é fruto de minha iniciação científica, desenvolvida ao longo dos anos de 2015 e 2016, orientada pelo Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

²⁷ Foi firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) um convênio para a produção, por parte de uma equipe da UFSCar (da qual faço parte), do Relatório Antropológico que constará no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola do Carmo.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Este trabalho, então, será dividido em quatro tópicos: primeiro, discutir-se-á a relação dos moradores do Carmo com o território – uso, manejo e ocupação da terra, bem como distribuição e ocupação dos espaços sociais e privados –, uma vez que tal relação é de grande importância não apenas para se pensar os animais, mas também para que seja possível que se tenha um quadro geral sobre o bairro; em seguida, nos próximos três tópicos, a discussão voltar-se-á para as relações humano-animal propriamente ditas: animais de criação, caça e pesca e “outros bichos”. Importante ressaltar aqui que sabemos, ainda, muito pouco acerca das relações humano-animal em comunidades quilombolas.

O bairro do Carmo e seus espaços

Início esta segunda parte do trabalho descrevendo o processo de formação da comunidade do Carmo, com base no laudo antropológico de Stucchi e Ferreira (2009), e a situação atual do bairro, tendo sempre em conta as questões vinculadas ao território e à religião, uma vez que ambos são, como pude perceber em campo, elementos fundamentais para se compreender, ali, as relações humano-animal e a própria dinâmica social do grupo. Estive no bairro do Carmo (ou *vila*, forma como muitos de seus moradores se referem ao local) em julho de 2016 e janeiro e maio de 2017, tempo que permitiu-me alcançar, mais claramente, as categorias nas quais encaixam-se os animais no Carmo e as inter-relações firmadas ali entre estes e os humanos.

Os moradores da comunidade do Carmo descendem de escravos da Província Carmelitana Fluminense (PCF) que, no século XVIII, era proprietária da antiga Fazenda do Carmo (ou Sorocamirim). Foi apenas no início do século XIX que os ex-escravos alcançaram a condição de arrendatários, passando a pagar aluguel à PCF pelo uso das terras da Fazenda e, desde então, o território ocupado por seus descendentes só fez diminuir:

Da década de 1930 em diante, houve sucessivo, contínuo e violento processo de expropriação das terras dos Pretos do Carmo, revelado pelas disputas judicializadas. Invasões, trocas – dadas as relações de patronagem e de compadrio que envolvem sujeitos em desequilíbrio de poder – e ainda expropriações, marcam as décadas que seguem, em transações formais e informais que reduziram drasticamente a área. Os conflitos fundiários seguem até a década de 1970, quando se estabelecem interesses

imobiliários motivados pela implantação de condomínios fechados de alto padrão na região (Ferreira, 2014:15-16).

Vale dizer que muitos moradores do Carmo disseram-me que seus pais e avós, que ali nasceram e moraram a vida inteira, trocavam lotes de terra por lenha, alimento e até mesmo vestimentas (um lote por um paletó, por exemplo). Além disso, contaram-me também que muitas vezes as expropriações territoriais davam-se de maneira extremamente violenta, até mesmo com casos de morte.

Localizada na zona rural do município de São Roque/SP²⁸, a vila do Carmo é formada atualmente por cerca de 68 famílias, que habitam os arredores da capela de Nossa Senhora do Carmo. De acordo com Stucchi e Ferreira (2009), no começo do século XX a área ocupada era de aproximadamente 4.598 hectares; hoje, os por volta de 700 moradores vivem em apenas 16 há, território 316,6 vezes menor que o original:

O povoado de maioria negra que reside na vila do Carmo ao redor da igreja [antiga capela da Fazenda do Carmo, ou Sorocamirim] é composto por uma população que não dispõe de terra para práticas agrícolas e ocupa área diminuta em relação ao conjunto de moradias que sustenta.

Vários desses moradores empregam-se como caseiros ou em outros serviços domésticos nas residências que fazem parte do condomínio fechado denominado Patrimônio do Carmo (...).

Esse panorama reflete a complexidade do processo de ocupação da terra na região que se completa, de um lado, atualmente, com a existência de extensões de terras disponíveis numa área de aproximadamente 400 alqueires (...). Nessa área, a pretensão dos proprietários é instalar loteamento, que ainda não existe fisicamente (...) (Stucchi & Ferreira, 2009:14).

²⁸ De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de São Roque em 2010 era de 78.821 habitantes, dos quais 7.333 viviam na zona rural e 71.488 na zona urbana. A população estimada, em 2015, é de 86.515 habitantes.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Nesse sentido, embora o Carmo seja um bairro rural, “devido à falta de espaço, não há plantações, cultivos ou árvores frutíferas e os produtos são adquiridos exclusivamente por compra. Alguns poucos moradores mantêm pequenos roçados de mandioca em áreas do entorno” (Stucchi & Ferreira, 2009:26). Além disso, “a represa Icarai²⁹, outrora usada para a pesca, encontra-se cercada e no meio da organização da infraestrutura do novo empreendimento vizinho, o campo de golfe” (Stucchi & Ferreira, 2009:26).

Pude verificar na vila que a situação, em 2016, não mudou muito: há por ali algumas árvores frutíferas, como laranjeiras, limoeiros e amoreiras³⁰; há, de fato, alguns roçados e hortas em terrenos baldios. Mas, como já sugerido por Stucchi e Ferreira, os alimentos são majoritariamente comprados, principalmente de pequenos agricultores de fora, que passam de carro pelas ruas do bairro, vendendo quiabo, laranja, mexerica, mandioca, banana, maçã, batata, cebola etc., e de supermercados em Vargem Grande Paulista, município mais próximo do bairro. No entanto, o que mais ouvi dos moradores durante minhas estadias foram reclamações acerca da falta de espaço para plantar e criar animais, bem como da proibição do uso do tanque da Fazenda Icarai para a pesca: muitas pessoas disseram-me que costumavam (e gostavam muito de) pescar, mas que agora isso não era mais permitido. Além disso, uma moradora contou-me que, depois que a ferrovia da América Latina Logística³¹ (ALL) foi duplicada, o rio que contorna o bairro do Carmo, no qual também pescava-se, diminuiu muito, transformando-se num pequeno córrego (muito poluído, uma vez que muito do esgoto gerado ali é jogado diretamente no córrego).

A falta de espaço para plantar e criar animais, conforme me disseram muitos moradores, decorre, além dos muitos anos de grilagem, do aumento do número de casas no bairro (contamos, em

²⁹ A represa Icarai, que hoje em dia é um tanque, está localizada dentro do território da Fazenda Icarai (fazenda que localiza-se ao lado do bairro do Carmo).

³⁰ No entanto, conforme me disseram, uma geada no mês de junho de 2016 matou praticamente todas as amoreiras.

³¹ Em outubro de 2014 um dos trens da ALL, que contorna o bairro do Carmo e que estava transportando açúcar, descarrilou e provocou dano ambiental, uma vez que parte da carga afetou lagos e córregos da região, contaminado a água e tornando-a imprópria para consumo (disponível em: <<http://www.cotiatododia.com.br/trem-da-all-que-descarrilou-provoca-acidente-ambiental-em-saoroque/>>. Acesso em: jan. 2014).

2016, 205 casas³²): é muito comum que haja num mesmo terreno cinco ou seis casas da mesma família (e isso, claro, por conta da falta de terras disponíveis). No terreno de D. Antônia³³, por exemplo, há quatro casas, a sua e de três de seus filhos, uma atrás da outra. Além disso, D. Antônia, assim como alguns outros moradores do bairro, tem um quintal que estende-se até as proximidades da linha do trem e do córrego; é, sim, um terreno razoavelmente grande. No entanto, todo ano na época das chuvas essa porção de terra enche-se de água e qualquer plantação que haja ali é arruinada.

Pude perceber, a partir das falas de grande parte das pessoas, que mesmo que os moradores do Carmo estejam, hoje, cercados pela zona urbana de São Roque (o Condomínio Patrimônio do Carmo, que é um condomínio residencial de alto padrão, localiza-se ao lado do bairro), pela Fazenda Icarai (com a qual, por muitos anos, mantiveram relações estreitas – fala-se muito da Pedra Balão³⁴, local na Fazenda Icarai onde muitos pais e avós de moradores atuais tinham terra) e confinados num território muito pequeno, deseja-se recuperar uma “natureza” (e as inter-relações com ela) que, mesmo estando praticamente ausente e inacessível fisicamente, faz parte da memória e dos planos futuros pós-titulação do território³⁵. Ali, sente-se falta de roçar, plantar e “mexer com a terra”, bem como de criar animais, principalmente galinhas, cabras e porcos – que, antigamente, conforme me disseram, eram criados soltos pelo bairro e por áreas do entorno.

Os moradores do Carmo, ou pelo menos a maioria deles, mantêm com o condomínio Patrimônio do Carmo uma relação ambígua, o que me fez pensar na fluidez das fronteiras rural-urbano ali no bairro: por um lado, o condomínio é um dos grileiros que, desde a década de 1970, vem expropriando os moradores; por outro, é “o melhor lugar pra trabalhar” (aproximadamente 60% dos moradores, atualmente, trabalha no condomínio). A mesma coisa acontece com a Fazenda Icarai: antes, quando a fazenda ainda era propriedade de Zico Lima (e não dos coreanos), muita gente do Carmo trabalhava ali (nas plantações, pomares, lenhando etc.); agora, como a intenção é a implantação de um campo de golfe, as pessoas veem a fazenda com desconfiança. E com razão: Seu

³² Stucchi e Ferreira contabilizaram, em 2009, 172 casas.

³³ De forma a proteger a identidade dos moradores do bairro, os nomes neste trabalho são todos fictícios.

³⁴ Disseram-me muitas vezes que a Pedra Balão era da comunidade, mas agora pertence à Fazenda Icarai e o acesso é, portanto, proibido.

³⁵ Está sendo implantada uma horta no terreno ao redor da Casa Grande do Carmo (terreno que pertence à Prefeitura de São Roque e foi cedido aos moradores do bairro); a Casa Grande fica na Serrinha do Carmo, área localizada bem ao lado do bairro e com a qual muitas pessoas alegaram-me manter um forte vínculo (e na qual seus pais, avós e bisavós chegaram até mesmo a morar).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

José, por exemplo, alega que sua família é herdeira de um terreno de 8,5 alqueires na Fazenda Icaraí, próximo à linha do trem, local onde hoje há eucalipto plantado; disse-me ele que, mesmo o terreno estando em seu nome, a fazenda cercou o terreno e derrubou os eucaliptos para utilizar a madeira.

O que pude perceber, então, a partir de todas as histórias que me foram contadas, tanto do passado quanto da situação atual, é que os moradores do Carmo foram enquadrados, por gente de fora, numa situação um tanto intrincada e delicada: desejam recuperar parte do território perdido, desejam voltar a plantar e criar animais, mas, ao mesmo tempo, temem por seus empregos. O Carmo mostrou-se um bairro que, apesar de carregar muitas das características de uma periferia urbana, carrega também uma ruralidade que resiste e que deseja-se fortalecer.

Quando cheguei à vila do Carmo no dia 12 de julho de 2016, os moradores encontravam-se extremamente ocupados com os preparativos da festa de Nossa Senhora do Carmo, que acontece nos dias 15, 16 e 17 de julho (sexta, sábado e domingo) e compõe-se de procissões, missas e festas. Importante dizer que tudo, desde as missas até as festas, acontece nas dependências da capela e na praça em frente. A praça é, de fato, o principal local de sociabilidade do bairro. Como Ferreira (2013:14) já havia sugerido, “(...) a religião permeia e perpassa os âmbitos da vida cotidiana da comunidade, surgindo como marcador relevante, colocado e vivido pelo próprio grupo, influenciando na lógica da territorialidade e do parentesco”. A vida na comunidade é, assim, regida pelo calendário religioso, que “mostra traços do catolicismo popular e negro, e se faz presente nas relações sociais cotidianas” (Ferreira, 2013:16).

Para Ferreira (2013:20), no Carmo “(...) os remanescentes de escravos são antes remanescentes da Santa [Nossa Senhora do Carmo], que se faz presente no espaço, no discurso, nas relações cotidianas, nos nomes de família, e nas relações sociais estabelecidas (...)”. Além disso, “é da condição de ‘filhos da santa’ que decorre seu direito a ocupar, mas sobretudo, sua obrigação de cuidar do que pertence, primeiro a Ela, depois aos seus próprios filhos” (Stucchi & Ferreira, 2009:323). Ora, pensava eu: se a religião desempenha papel tão central na vida social da comunidade, as relações entre animais e quilombolas no Carmo, bem como a própria territorialidade, também serão marcadas por Nossa Senhora do Carmo. Se os quilombolas são *filhos da santa* e o território é *terra da santa*, por que não seriam os animais seus *filhos*? E eles o são. Ali, os animais são filhos de Nossa Senhora do Carmo.

Animais de criação

Forçoso é reconhecer que conhecemos (...) quase nada dos cenários contemporâneos da relação humano-animal nos bairros e distritos rurais, grandes fazendas, fundos de pasto, quilombos, comunidades extrativistas e outras parcelas da população que vivem fora dos principais núcleos urbanos (BEVILAQUA & VANDER VELDEN, 2016:16).

Sabe-se ainda muito pouco sobre as relações humano-animal nos espaços rurais brasileiros, especialmente em comunidades quilombolas e, no entanto, tais relações constituem elemento fundamental para se pensar a própria vida social (Cf. Descola, 1992, 1994). Minha intenção, ao longo da pesquisa, foi pensar as inter-relações entre humanos e animais no bairro do Carmo tendo em conta as perspectivas de Ingold (2000) e sua noção de *engajamento*, tomando organismo mais ambiente como totalidade; de Haraway (2008), para a elaboração de uma etnografia interespecífica; e de Descola (1992, 1994, 1996), que sugere a necessidade de voltarmos nossos olhos para os não humanos – no caso deste trabalho, os animais – para podermos pensar os humanos, uma vez que “a common feature of all conceptualizations of non-humans is that they are always predicated by reference to the human domain” (Descola, 1996:85).

Importante foi também pensar o Carmo a partir de seus *campos de significação* e sua *lógica da natureza* (Brandão, 1999), sempre tendo em conta que, ali, reivindica-se uma natureza que apesar de existir fisicamente encontra-se atualmente inacessível: com a degradação ambiental da região e o conseqüente avanço urbano, a comunidade foi privada de grande parte de seu território e, uma vez que “o território socialmente ocupado tem sentido vital para a vida do grupo (...) apropriar-se dele é apropriar-se da história do grupo em questão (...)” (Stucchi & Ferreira, 2009:318). No Carmo, privar seus moradores de seu território foi, também, privá-los de seus roçados, hortas e criações de animais.

Há atualmente no Carmo algumas pequenas criações de galinha (galinha d’angola também). Em mais da metade dos quintais que pude conhecer, galinhas andam soltas, ciscando por tudo (sempre em pequenos grupos, de quatro ou cinco animais, no máximo); não há, então, criação em galinheiros. Aqui, a mesma história: muitas pessoas, como D. Benedita, D. Antônia e D. Amélia, por exemplo, não criam mais galinhas por falta de espaço – os filhos foram construindo suas casas no mesmo terreno e os quintais foram diminuindo. O mesmo aconteceu com a criação de porcos. Contaram-me que, antigamente, no tempo de seus pais e avós, porcos, galinhas, patos, cabras e até mesmo bois e vacas eram criados soltos pelo bairro, de maneira mais ou menos coletiva. Grande parte dos



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

moradores, hoje, gostaria de criar animais, mas a falta de espaço sempre aparece como um impeditivo. No entanto, disseram-me também algumas mulheres que não criam porcos e galinhas porque têm dó de matar, porque “cria afeto”.

Neste ponto, acredito ser importante lembrar de Brandão (1999). Apesar de a maioria das pessoas no Carmo pensar na criação de animais como algo útil, seja financeiramente ou para compor a mesa – criar para matar e comer ou vender –, há aqueles que pensam os animais de criação a partir da perspectiva do sentimento, do afeto – e preferem, portanto, não criá-los. Sugiro, então, que no Carmo há, sim (e cito novamente Brandão), “uma subjetivação dos seres naturais que os aproxima, sob outros sentidos e afetos, das pessoas e famílias, e por causa dessa nova aproximação, novos afetos e sentidos requalificam relacionamentos homem-natureza” (Brandão, 1999:77).

Mesmo a noção de parentesco, que entre nós limita-se ao domínio social (ao domínio humano, portanto), estende-se, entre os Karitiana de Vander Velden (2012:171), por exemplo, ao mundo animal (ou não humano): “O vínculo entre humanos e animais domésticos é, pode-se sugerir, um vínculo de parentesco”. No Carmo, pensar as relações humano-animal a partir do parentesco foi-me muito produtivo. Uma vez que os animais também são filhos de Nossa Senhora do Carmo, há ali um vínculo de parentesco entre humanos e animais, mesmo que este vínculo passe muitas vezes despercebido. Há, sim, “uma mistura da qualidade natural do animal com o sentido relacional do bicho para com o homem, [que] sugere o direto à vida, à familiaridade afetiva (...)” (Brandão, 1999:74). Mas, também, o direito à morte: D. Antônia contou-me, por exemplo, que usava-se antigamente presentear amigos e parentes (principalmente nas trocas de favores) com animais para abate (ela, no caso, presenteou um sobrinho com um porco, que ela engordou para tal, por ele ter ajudado na construção de sua casa).

Os animais de criação no Carmo estão vinculados ao território da mesma forma que estão os roçados, os humanos e a própria Nossa Senhora do Carmo. As relações entre eles e as pessoas que ali vivem, então, compõe e são compostas pelo território. Como nos lembra Segata (2012:60), “(...) essa virada animalista na antropologia, não vê o animal como aquilo que provoca reação ao social, mas como aquilo que também o compõe”. Aparecem nas falas dos moradores principalmente nas histórias passadas – pois o resgate da criação de animais é, sim, uma forma de resgatar as próprias relações com o território, que foram perdidas ao longo dos anos de expropriação – e nos planos futuros, e são pensados sempre conjuntamente com o território, como sujeitos que também constroem e modificam

a vida social. Como sugeriu Ingold (2000), é o engajamento com o mundo, por parte tanto dos seres humanos quanto dos não humanos, que permite as relações entre eles e a construção do ambiente (*environment*) – um território relacional, por assim dizer: “environments are never complete but are continually under construction” (Ingold, 2000:172).

Caça e pesca

Não pesquei baleias nos dias do Senhor, mas não desperdiceis uma boa oportunidade, pois seria rejeitar as dádivas celestes (MELVILLE, 2008:123).

Início este tópico com um breve relato que me foi contado, dos tempos de antigamente no bairro do Carmo: contaram-me que uma vez, em dia de festa de Nossa Senhora do Carmo, estavam todos reunidos na praça em frente à capela festejando. De repente foi avistado, passeando calmamente pela praça, um veado (animal que, segundo me disseram, já foi muito caçado e apreciado pelos moradores). No entanto, ninguém dispôs-se a abatê-lo, mesmo o animal estando tão perto, praticamente imóvel – como se estivesse esperando para ser abatido. Após certo tempo, o veado foi embora e, alguns dias depois, muitas pessoas no bairro adoeceram e chegaram mesmo a falecer.

Conforme foi-me dito, o veado provavelmente era um presente de Nossa Senhora do Carmo e, como foi ignorado, o bairro foi castigado. Fui a campo no mês de julho lendo Moby Dick (Melville, 2008) e o pequeno trecho citado acima encaixou-se perfeitamente na situação vivida no Carmo anos atrás; ora, uma dádiva celeste, divina, não deve ser ignorada. Mais uma vez, a centralidade de Nossa Senhora do Carmo no bairro mostra-se claramente. Como Ferreira (2013:16) sugeriu, “a religião perpassa os demais âmbitos, põe em ação elementos que simbolizam a identidade, identificando a cada um e a todos como parte de uma totalidade própria (...)”. Agora, passemos à caça.

Não se caça mais atualmente (não se caça já há muitos anos) no bairro. Antigamente se caçava – disseram-me que inclusive havia, nas festas de Nossa Senhora do Carmo, leilões de animais caçados, principalmente de veados (e quem sempre os comprava era gente rica, de fora do bairro). Muitos moradores me contaram que caçava-se muito na Serrinha do Carmo, local onde fica a Casa Grande e a Senzala (Fazenda Icaraí). Caçava-se também na Pedra Balão – que, como dito anteriormente, pertencia à comunidade do Carmo, mas, por ter sido tomada pelos proprietários coreanos da Fazenda Icaraí, teve seu acesso proibido.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Usava-se armadilhas para caçar. D. Antônia contou-me que seu falecido marido seguia os rastros dos animais, principalmente de tatus e jaguatiricas, ao longo de 3-4 dias, de forma a conhecer seus hábitos e caminhos usuais; feito isso, posicionava, em certo ponto do trajeto do animal, uma gaiola (grande, de ripas) com alguma isca dentro e esperava, escondido (geralmente em cima de uma árvore). Assim que o animal entrava, a gaiola se fechava. Quando o animal caçado era de grande porte, D. Antônia contou que a carne era repartida entre os familiares.

Caçava-se também com estilingues – pequenos mamíferos e pássaros. Quando D. Antônia e seu marido moraram e trabalharam numa fazenda vizinha, num pomar, tinham também que matar as “raposas” (gambás) que estragavam as frutas das mexeriqueiras. D. Antônia cutucava o ninho da “raposa” com uma vara e o marido matava com estilingue. Perguntei-lhe se não tinha dó; disse-me ela que não, porque “tinha que fazer” (já que era uma ordem do dono da fazenda) – e, além disso, permitia-os complementar a dieta, já que comiam as “raposas mais gordinhas”.

Outros moradores me falaram que também costumavam caçar com gaiola e estilingue – se não eles próprios, seus pais e avós. A atividade da caça é, como pude verificar no Carmo (e como já foi constatado em comunidades quilombolas no vale do Ribeira), mesmo que somente nas histórias do passado, “uma atividade tradicional dos quilombolas [no vale do Ribeira]. Sua finalidade é fornecer complemento proteico na dieta alimentar, (...) mas envolve também representações sobre a natureza além de fomentar um conhecimento complexo sobre a fauna (...)” (Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira, 2013:162). A criminalização da prática da caça no Brasil não foi citada por nenhum morador do Carmo como um impeditivo; deixou-se de caçar, ali, muito mais por conta da facilidade de acesso às cidades e aos produtos industrializados – ao contrário de antigamente, quando o poder aquisitivo era muito pequeno, atualmente os moradores do Carmo têm condições financeiras para adquirir alimentos em mercados.

Importante citar também os denominados pelos moradores do Carmo de “bichos do mato”. Ali, não se fala muito sobre tais animais, apenas dos que eram considerados caça (tatu, veado e jaguatirica, principalmente). Fala-se um pouco, também, dos animais que mais comumente invadem³⁶

³⁶ Vale dizer, aqui, que “Os animais ditos ‘selvagens’ ou ‘não domesticados’ aparecem, todavia, o tempo inteiro, nas cidades e metrópoles: estas não são somente espaços da domesticidade e do controle cultural das espécies não humanas (...) tais encontros inesperados evocam, uma vez mais, a labilidade das fronteiras entre o natural e o cultural e a necessidade de repensarmos rótulos classificatórios a distinguir o rural/natureza/animal do urbano/cultura/humano (...)” (BEVILAQUA & VANDER VELDEN:25).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

os espaços do bairro, como o bugio e o sagui – “bicho mais perigoso não aparece, não”. Atualmente, o contato dos moradores com esses “bichos” é muito raro e até mesmo indesejado. Acredito que, no Carmo, “lugares, seres, pessoas, situações e objetos são avaliados, para serem pensados e vividos, segundo uma escala que, entre outros valores, poderia ser sugerida como indo de um máximo de rejeição-evitação a um máximo de reconhecimento-aproximação” (Brandão, 1990:91). Dessa forma, dentre os animais que vivem fora dos espaços sociais do bairro, há os que se aproximam e aparecem nas falas das pessoas – como as caças e os “invasores” – e os que são evitados – chamados genericamente de “bichos do mato”, “bicho perigoso”.

Quanto à pesca, sua prática também reduziu-se a quase nada – mas por motivos muito diferentes. Pescava-se no córrego (antigamente era um rio, que secou por conta da duplicação da ferrovia) que contorna o bairro e no tanque da Fazenda Icarai; no entanto, atualmente o córrego é extremamente poluído (não há saneamento básico no Carmo) e o acesso ao tanque é proibido (por conta, dizem os moradores, de dois afogamentos). D. Antônia contou-me que antigamente se pescava bastante, tinha muito peixe grande (bagre, traíra). A pesca no Carmo, pelo que foi-me contado, era uma atividade muito comum e muito apreciada por todos. Era, além de uma maneira de complementar a dieta, uma atividade de lazer – tanto que ainda se pesca.

Mesmo com a situação precária do córrego, ainda se pesca ali; muitas pessoas (principalmente mulheres) disseram-me que de vez em quando vão ao córrego pescar. Muita gente também vai pescar no tanque da fazenda vizinha; fazem buracos na cerca para entrar (o que, às vezes, faz com que bois e vacas escapem e invadam o espaço do bairro). No entanto, a maioria dos moradores com os quais conversei disse que não pesca mais, mas que gostaria muito de voltar a dedicar-se à atividade (porque “gostam muito” e “sentem falta de”).

Tanto caça quanto pesca são atividades que, mesmo pouquíssimo ou quase nada praticadas atualmente, vinculam território, humanos e animais. Evoco aqui, novamente, a noção de engajamento de Ingold (2000). A vontade de recuperar, pelo menos em parte, tais atividades demonstra uma reflexão dos moradores sobre a “perda” da natureza pelo avanço do espaço urbano sobre seu território. Assim como os animais de criação, a caça e a pesca são atividades relacionais, entre humanos e animais, que carregam também o vínculo com o território – e, portanto, com o passado e com o futuro. Como sugeriu Descola (1992:109), “(...) the principles of the construction of social reality are primarily to be sought in the relations between human beings and their natural environment”. Além

disso, no Carmo, a natureza não deve ser “entendida no singular e como algo existente em si mesma, mas como naturezas-culturas construídas” (Schneider & Menasche, 2014:255).

Outros bichos

Habitantes de um mesmo reino imaginado de terrores e mistérios dos ermos danosos dos sertões, juntamente com os vegetais malévolos, existem os bichos fantásticos e sempre ameaçadores: a mula-sem-cabeça, o lobisomem (...) (BRANDÃO, 1990:94).

Restam, agora, os “outros bichos”, sobre os quais pouco se fala e muito se teme. Ao contrário do que defende Brandão (1990, 1993), no Carmo não se trata apenas do *imaginário*, do *sobrenatural*; ali, lobisomem, mula-sem-cabeça e caipora estão, ao mesmo tempo, nos planos natural, cultural e sobrenatural. Apesar de muita gente no Carmo dizer que lobisomens, por exemplo, não existem mais (mas existiam, sim, no “tempo dos escravos”), muitos dos moradores ainda os encontram – principalmente nos lugares mais isolados no entorno do bairro (como a Serrinha e a Casa Grande do Carmo):

Seres imaginados, tanto no passado quanto na cultura camponesa de agora como perigosos por serem liminares, híbridos de sujeitos humanos bestializados e sujeitos animais indevidamente humanizados (BRANDÃO, 1990:94).

De acordo com D. Antônia, pessoa ruim vira lobisomem, mula-sem-cabeça ou caipora: “fez alguma coisa ruim e paga o fadário virando bicho”. Aqui, claramente há não apenas uma labilidade das fronteiras natural-cultural; há, também, a superioridade humana aos animais não humanos³⁷: “(...) os animais *não-humanos*, são, para nós, naturalmente biológicos, enquanto que os animais *humanos*

³⁷ Escutei, também, uma história que deixa ainda mais evidente a fluidez das fronteiras entre humanos e animais no Carmo: contaram-me que, antigamente, as mulheres que ali viviam e que abortavam transformavam-se em porcas e vagavam à noite pelo bairro, com seus porquinhos (seus filhos que não nasceram). Essa história, da “porca e dos sete porquinhos” aponta também para os “mistos de natureza e cultura” (Latour, 1994:35) – sem deixar de, novamente, hierarquizar as duas categorias (os humanos estão acima dos animais, tanto que o ato de abortar tinha por consequência/castigo a transformação da mulher em uma porca).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

são biológicos e algo a mais” (Segata, 2012:157). Diria até que esses “outros bichos” ocupam um lugar ainda mais afastado dos humanos, apesar de o terem sido um dia – e apesar de o serem na maior parte do tempo, já que, pelo menos no caso do lobisomem e da mula-sem-cabeça, as transformações ocorrem apenas nas noites de lua cheia na quaresma.

Muitas foram as histórias que tive a oportunidade de ouvir. D. Benedita contou-me que seu pai já foi perseguido por uma mula-sem-cabeça na Serrinha do Carmo; D. Antônia tem uma sobrinha que é mula-sem-cabeça; o caipora foi visto muitas vezes, também na Serrinha do Carmo; disseram-me também que o lobisomem sempre visita, na quaresma, as casas com bebês recém-nascidos e crianças não-batizadas (fica rodeando as casas, correndo, arranhando portas e janelas); cadelas no cio também chamam lobisomem. Como proteção, os moradores colocam tesouras nas portas e janelas – a tesoura afasta o lobisomem, mas ninguém soube me explicar o porquê (disseram-me que os únicos que sabiam eram os mais velhos, já falecidos). Coloca-se também terços e crucifixos. Na quaresma, ninguém fica na rua depois da meia noite.

O caipora é pessoa, é animal. É o único que é sempre caipora, não se transforma nunca – ele é. É, conforme disse-me D. Antônia, o protetor das matas. Para entrar no mato tem que pedir permissão pra ele; “parece gente, era gente que virou bicho, o rastro parece de gente”. Quando criança, D. Antônia viu um caipora no “calipeiro” (plantação de eucaliptos) enquanto estava lá lenhando. Disse-me que quem vira caipora é porque fez alguma coisa ruim. Quem se transforma nesses bichos é porque “se bate o vivo com o morto”. Sua sobrinha, por exemplo, amanhecia de cama no dia seguinte à transformação.

Quem desejar saber quem é o lobisomem é só oferecer-lhe sal – mas quase ninguém tem coragem. D. Antônia contou-me que sua tia uma vez ofereceu, porque ele “atentava” suas galinhas. No dia seguinte, assim que o dia clareou, bateu à sua porta um homem estranho pedindo sal. Quem vira lobisomem fez coisa ruim também. Vira “corpo seco”, espírito ruim. Além disso, não deve-se nunca “duvidar do bicho”. D. Antônia disse-me, também, que quem dá tiro em lobisomem, mula-sem-cabeça ou caipora vira bicho no lugar deles.

No Carmo, esses bichos misteriosos e terríveis também vinculam-se ao território. Estão ligados, assim como os animais de criação e caça, a lugares muito específicos do bairro e de seu entorno (como a Serrinha do Carmo e a Fazenda Icaraí, por exemplo); têm até vínculo de parentesco com os humanos. São reais, ao contrário do que sugere Brandão (1990, 1993): fazem parte do

imaginário, mas ultrapassam-no. Estão, simultaneamente, nos planos natural – são bicho –, cultural – são gente – e sobrenatural – são bicho, gente, e algo mais, algo ruim (espírito ruim). Como disse-me uma moradora do bairro, “não pode duvidar do bicho”.

Considerações finais

No Carmo, para que pudesse compreender as relações humano-animal foi-me preciso pensar numa “natureza” politizada: ali, os quilombolas definem e concebem a natureza – e, logo, os animais, principalmente de caça e pesca, do mato e de criação – como algo que, ao menos fisicamente, é muito raro (mas que, certamente, é elemento indispensável para a manutenção da própria identidade do grupo e da territorialidade, bem como um vínculo com o passado):

Sendo, portanto, quilombolas e remanescentes grupos sociais que historicamente estabeleceram relações de uso comum com recursos naturais, deve-se considerar que junto a esse fato se dera uma construção identitária que leva ao conceito de territorialidade ou ao processo de territorialização (Stucchi & Ferreira, 2009:316).

Além disso, refletir sobre tais relações no Carmo a partir da noção de territorialidade (Albert, 2005; Echeverri, 2005), bem como pensar a territorialidade a partir das relações humano-animal e a forma como essa territorialidade é construída pelos quilombolas mostrou-se interessante, uma vez que a própria construção identitária de uma comunidade quilombola enquanto tal se dá, talvez principalmente, através das relações com o território e o conjunto de animais e outros seres não humanos.

Essa centralidade da territorialidade para a manutenção da identidade quilombola possibilitou-me a seguinte reflexão: se o território é tão importante para a construção identitária de uma comunidade quilombola, esteja ela num espaço rural ou urbano – ou, como é o caso do Carmo, num espaço rural cada vez mais compactado pela expansão urbana (Ferreira, 2013) –, penso que a situação fundiária certamente provoca redefinições nas relações entre humanos e animais, até mesmo na própria noção nativa de natureza. E vice-versa: sugiro, aqui, que as relações humanos/não humanos certamente impactam a definição do território pelos quilombolas.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Foi-me muito importante, também, abordar as relações humano-animal no Carmo a partir das noções de parentesco e afeto, uma vez que as comunidades rurais brasileiras, mesmo encontrando-se em maior ou menor grau incorporadas à sociedade nacional brasileira e, portanto, com ela compartilharem em maior ou menor grau uma forma utilitarista de sem pensar a relação com os seres não humanos, entretencem relações, campos de significação (Brandão, 1999) e elementos simbólicos diferentes daqueles presentes na lógica de produção capitalista para o mercado e, portanto, do olhar utilitarista sobre a natureza. Ali, deparei-me com animais que são filhos de Nossa Senhora do Carmo, assim como o são os humanos, e bichos natural-cultural-sobrenaturais que são parentes de gente humana. No Carmo, “o ‘social’ ou ‘sociedade’ não são domínios, mas sim movimentos, entre pessoas, coisas e animais” (Segata, 2012:53).

Minha intenção foi investigar como o território se constrói no Carmo a partir das relações com os animais e outros não humanos e, também, como a construção do território se reflete nos modos de pensar e se relacionar com esses animais e outros não humanos. Ali, trajetos e localidades muito específicas, que fazem parte da história da comunidade e da memória, sempre apareciam e continuam aparecendo nas conversas com os moradores sobre os animais. E esses trajetos foram criados não só por humanos; e essas localidades foram e continuam sendo habitadas não só por humanos. Humanos e não humanos se movimentam e se emaranham com a terra de Nossa Senhora do Carmo e constituem-na juntos.

Enfim, para que eu pudesse compreender as relações humano-animal no Carmo foi preciso pensar numa “natureza” politizada: ali, os quilombolas definem e concebem os não humanos e, logo, os animais, como algo que ao menos fisicamente é muito raro, mas que certamente é componente fundamental para a manutenção da própria identidade do grupo e da territorialidade, bem como um vínculo com o passado e com o futuro. No Carmo, é preciso pensar numa territorialidade mais-que-humana.

Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce. Territoriality, ethnopolitics, and development: the indian movement in the Brazilian Amazon. In: SURRALLÉS, Alexandre; HIERRO, Pedro García (eds.). *The land within: indigenous territory and perception of the environment*. Copenhagen, 2005. pp. 200-229.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

BEVILAQUA, Ciméa Barbato; VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. “Introdução”. In: _____. *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. São Carlos: EDUFSCar/Curitiba: Editora da UFPR, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Bichos, brancos e negros em Pirenópolis. In: *Revista de Antropologia*, (33), 1990. pp. 75-108.

_____. O desencanto do outro: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no Brasil. In: *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. pp. 9-30.

_____. *O afeto da terra: Imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. 175 p.

DESCOLA, Philippe. “Societies of nature and the nature of Society”. In: KUPER, Adam (org.). *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992. pp. 107-126.

_____. *In the society of nature: a native ecology in Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 372 p.

_____. “Constructing natures: Symbolic ecology and social practice”. In: DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli (orgs.). *Nature and Society: Anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996. pp. 82-102.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. Territory as body and territory as nature: intercultural dialogue? In: SURRALLÉS, Alexandre; HIERRO, Pedro García (eds.). *The land within: indigenous territory and perception of the environment*. Copenhagen, 2005. pp. 230-247.

FERREIRA, Rebecca Campos. “Filhos de uma reza só”: regulamentação jurídica das identidades e paradoxos da adequação no reconhecimento do Quilombo do Carmo. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 22, 2013. pp. 13-31.

HARAWAY, Donna J. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. 360 p.

INGOLD, Tim. “Culture, nature, environment”. In: _____. *The perception of the environment: essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000. pp. 13-26.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

INVENTÁRIO CULTURAL DE QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA. Editores Anna Maria Andrade, Nilto Tatto. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. 379 p.

MELVILLE, Herman. *Moby Dick*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 656 p.

SCHNEIDER, Maurício; MENASCHE, Renata. “Os estudos rurais à luz de outras possibilidades: pistas a partir da Antropologia Simétrica”. *Tessituras*, Pelotas, v. 2, n. 2, jul./dez. 2014. pp. 246-268.

SEGATA, Jean. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. 200p.

STUCCHI, Deborah; FERREIRA, Rebecca Campos. *Os pretos de Nossa Senhora do Carmo: estudo antropológico sobre uma comunidade remanescente de quilombo no município de São Roque – SP*. Laudo Antropológico n. 01/2009. 332 p.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda, 2012. 358 p.